

O CARÁTER E O VALOR DO CARÁTER NA ANTROPOLOGIA KANTIANA

Profa. Dra. Renata Andrade¹

Vitória (ES), vol. 3, n. 2
Julho/Dezembro 2014

SOFIA
Versão eletrônica

¹ Doutora em Educação pela UNESP.

Resumo: Nosso trabalho pretende explorar as considerações kantianas realizadas na obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático* acerca do *caráter humano*. Procuraremos compreender a relação entre o caráter e a moralidade no pensamento prático de Kant, em particular, em sua segunda parte – a filosofia prática impura. Visualizamos a presente relação já nas obras iniciais de sua filosofia moral, por exemplo, quando o filósofo diz: [...] e exatamente aí é que começa o *valor do caráter*, que é *moralmente* sem qualquer comparação o mais alto [...] (KANT, 1980, p. 113), porém, é com a *Antropologia de um posto de vista pragmático* “*Característica antropológica – da maneira de conhecer o interior do homem pelo exterior*”, que reconhecemos o momento em que Kant realiza, com precisão, a sua exposição acerca do caráter, bem como a sua relação com a moralidade e a ética, ou seja, com o valor moral das ações humanas. Com a *Antropologia*, o filósofo apresenta o conceito de caráter a partir de quatro divisões: o caráter da pessoa, o caráter o gênero, o caráter do povo, o caráter da espécie. Na presente exposição, tendo em vista a nossa proposta, nos deteremos na análise do *caráter da pessoa* e do *caráter da espécie*.

Palavras-chave: Kant, Caráter, Moralidade, Ética.

Abstract: Our work aims to explore the Kantian considerations made in the work *Anthropology of a pragmatic point of view* about *human character*. We will seek to understand the relationship between the character and morality in Kant's practical thinking, in particular, in its second part – impure practice philosophy. We visualize this relationship already in the early works of his moral philosophy, for example, when the philosopher says: [...] and is exactly where it gets the *value of the character* that is *morally* without the highest compared [...] (Kant, 1980, p 113), however, is with the *Anthropology from a pragmatic view* “*Anthropological Feature – the way to see the inside of the outer man,*” we recognize the moment when Kant performs with precision, its exhibition about the character as well as its relationship with morality and ethics, ie, the moral value of human actions. With *Anthropology*, the philosopher presents the concept of character from four divisions: the person's character, the character's gender, the character of the people, the character of the species. In this exhibition, considering our proposal, we will focus on the analysis of *character of the person* and the *character of the species*.

Keywords: Kant, Character, Morality, Ethics.

Na segunda parte da *Antropologia de um posto de vista pragmático* “*Característica antropológica – da maneira de conhecer o interior do homem pelo exterior*”, Kant realiza considerações acerca do conceito de caráter apresentando quatro divisões: o caráter da pessoa, o caráter do gênero, o caráter do povo, o caráter da espécie. Diante de nossas preocupações nesse momento, a saber, a compreensão do caráter humano, bem como a relação entre o caráter humano, a moralidade e a ética no pensamento prático impuro de Kant², nos deteremos na análise e exposição do *caráter da pessoa* e do *caráter da espécie*.

² Vemos o pensamento prático de Kant constituído e sustentado, apropriadamente, por duas partes: i) uma parte pura (não empírica), na qual há a busca do *princípio supremo da moralidade* isolado de toda particularidade, de todo dado empírico, eis unicamente o momento de busca e fixação do *fundamento da ação* que pode apresentar valor moral; ii) uma parte empírica, que consiste na verificação da possibilidade da efetividade do princípio supremo, nesse momento, levando-se em conta a espécie humana: suas limitações, finitude, peculiaridades, a sua própria condição; tem-se a preocupação com a realização das ações em geral com valor moral. A *moral pura*, a *filosofia moral pura*, ou ainda, a *Moral* propriamente dita, segundo Kant, diz respeito a uma lei necessária, ou seja, uma lei que determina o que deve acontecer independentemente de todo e qualquer dado, acontecimento,

De acordo com Kant (2006, p. 215), para que possamos indicar *o caráter da espécie* de certos seres é necessário que uma determinada espécie seja compreendida juntamente (e sob um conceito) com o conhecimento de outras espécies, indicando, assim, o fundamento de diferenciação, ou seja, aquilo por meio do que elas se diferenciam umas das outras, por exemplo, suas especificidades ou particularidades. Como explica o filósofo:

Se no entanto se compara uma espécie de seres que conhecemos (A) com uma outra espécie de seres (*non A*) que não conhecemos, como se pode esperar ou desejar que se indique um caráter da primeira, se nos falta o conceito intermediário de comparação (*tertium comparationis*)? (Idem).

Desse modo, para o caso do “*ser racional terrestre*”, ou seja, a espécie humana, segundo Kant, não poderíamos então atribuir nenhum caráter, afinal não temos o conhecimento de seres racionais “*não-terrestres*” para poder comparar e caracterizar as suas particularidades, evidenciando, assim, as especificidades dos seres racionais terrestres entre os seres racionais em geral. Portanto, desse ponto de vista, aponta o filósofo, indicar o caráter da espécie humana é “absolutamente insolúvel”, pois para determinar o caráter da espécie humana (ser racional terrestre) seria preciso a comparação entre pelo menos duas espécies de seres racionais³.

No entanto, segundo a concepção de Kant, a natureza humana *tem um caráter*, pode apresentar *um caráter*, e a saída para indicar o caráter da espécie humana no sistema da natureza viva e assim o caracterizar enquanto um ser que possui um caráter está em afirmar que o ser humano tem um caráter o qual ele mesma *cria* para si próprio como um ser que é *capaz de se aperfeiçoar mediante os fins* que ele mesmo se dá e assume.

Para Kant, a natureza humana é capaz de toda sorte de fins, o que significa os fins da ação assumidos ou queridos pelo próprio ser humano. Dito de outro modo, o ser humano pode apresentar uma destreza no uso dos meios para atingir toda espécie de fins queridos e

efeito (...); a possibilidade de efetividade dessa lei será investigada, posteriormente, com a *antropologia prática*, *antropologia moral*, ou ainda, *filosofia moral aplicada*, sob o nome de *ética*. Tais termos referem-se ao estudo empírico do ser humano que, segundo Louden (2000), podemos denominá-lo de *ética impura*. Ao abarcarmos a complexa concepção da ação de Kant ao tratar da moralidade, observamos que a parte empírica, muitas vezes negada em sua filosofia prática, centra-se nos textos em que Kant, ao abordar questões acerca da natureza e condição humana, traz à filosofia prática os elementos de uma moral aplicável, isto é, as partes relevantes da experiência humana, por exemplo, a própria natureza e a condição do ser humano, a sua cultura, a educação, ou seja, os elementos que muitos de seus críticos apontaram a ausência, investigando, desse modo, a possibilidade da *efetividade moral*, de realização ou eficácia do fundamento puro dos costumes. Vale observar que não é seguro perder de vista o todo do pensamento prático kantiano e cair, desse modo, no engano de apontar a filosofia prática enquanto mero formalismo. Julgamos a *parte pura* e a *parte impura* da moral kantiana enquanto necessárias e complementares.

³ Cf. KANT, 2006, p. 216.

assumidos⁴, porém, para que ele possa apresentar um caráter, no sentido de criar ou ter um caráter, convém que ele consiga a disposição de querer, assumir e escolher apenas os *bons fins*; são bons fins “aqueles fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” (KANT, 1999a, p. 26).

Devemos considerar aqui que a escolha ou a decisão pelos bons fins não ocorre ao acaso, mas antes acontece segundo um *princípio*, segundo uma legislação universal – “fins aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um” e, nesse sentido, é, segundo Kant (1980, p. 125), um grande cuidado a tarefa de *formar e corrigir* o juízo do ser humano sobre o valor das coisas que poderão vir a eleger enquanto fins. Afinal, por meio dos seus *fins*, a natureza humana pode apresentar um caráter, a escolha dos seus fins (os fins da ação), de acordo com Kant, além poder indicar se o ser humano tem ou não um caráter, é justamente pela possibilidade do caráter da espécie humana que podemos definir o ser humano enquanto *pessoa*. Vejamos.

Na *Antropologia*, Kant (2006, p. 181) aponta que partindo da concepção da semiótica e de um ponto de visto pragmático a palavra *caráter* pode oferecer um duplo significado, a saber: i) o caráter físico – *este* caráter; ii) o caráter moral – *um* caráter. Dizemos para o primeiro caso, o caráter físico, que um certo ser humano apresenta *este* caráter e, para o segundo caso, o caráter moral, que um certo ser humano tem em geral *um* caráter, o qual ou é único ou não se pode apresentar (ter) caráter algum.

O caráter físico é o que caracteriza o ser humano enquanto um ser sensível ou natural; o caráter moral, por sua vez, é o que distingue o ser humano das demais espécies e o que o caracteriza enquanto um ser racional dotado de *liberdade*, noutras palavras, enquanto *pessoa* – eis o *caráter da pessoa*.

No que diz respeito, em particular, ao caráter moral ou caráter da pessoa, podemos dizer que, segundo Kant, tem um caráter puro e simplesmente ou uma índole moral, o ser humano que na escolha dos seus fins age por *princípios morais*, ou seja, as suas decisões e ações não são impulsivas, instintivas, por inclinações, afeições, paixões, por uma tendência, talentos ou dons naturais; mas muito antes, são ações voluntárias segundo os princípios de uma *boa vontade*⁵.

⁴ KANT, 1980a, p. 125.

⁵ Vale lembrar que a noção de *dever prático* kantiano (reconhecimento, respeito e adoção do princípio prático objetivo) é o que torna a vontade do ser humano, que ora pode ser boa ora pode ser má, uma *vontade boa* – uma vontade *absolutamente* boa. A vontade absolutamente boa indica que não há quaisquer fatores condicionantes, não há qualquer condição a qual indica ou impõe o seu valor de ser bom. O *bom sem limitação*, independente ou relativo a qualquer outro dado para possuir o valor de ser bom, o *bom moral* específico que nos fala Kant, só

Na *Antropologia* Kant atenta para algo já exposto na *Fundamentação da metafísica dos costumes* acerca do caráter como índole moral, o que constitui o valor íntimo e absoluto da *pessoa*, o filósofo chama a atenção para o fato de que agir *por princípios* ou ter *um caráter* (índole moral), representa algo completamente diferente de, por exemplo, ter uma disposição natural ao bem (índole natural) ou apresentar um temperamento bom (índole sensível), aqui está o que Kant indicou no início da *Fundamentação*, recolocado e desenvolvido também na *Antropologia*.

Na *Fundamentação*:

Discernimento, argúcia de espírito, capacidade de julgar, e como quer que possa chamar-se os demais *talentos* do espírito, ou ainda coragem, decisão, constância de propósito, como qualidades do *temperamento*, são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso chama *caráter*, não for boa (KANT, 1980, p. 109).

Com frequência conferimos *valor* às qualidades do temperamento, para a índole sensível, por exemplo, a piedade, a compaixão, a caridade, aos dons, disposição ou tendência natural, aos talentos pessoais, no entanto, a posição de Kant é que tais predicados são de fato bons e muitas vezes parecem até constituir o valor íntimo da *pessoa*, mas estão muito longe do que podemos nomear de *bom sem limitação*, o bom, na concepção de Kant, *moral*, pois “[...] na experiência, terá sempre de estar muito limitado” (KANT, 2004b, p. 121).

Isso ocorre, pois o que Kant chama de ilimitadamente bom se apresenta imune de toda e qualquer condição limitante, ou seja, é *bom em si e por si mesmo*, não dependendo de nenhuma outra condição para poder possuir o valor de ser bom, eis o bom moral.

De acordo com Kant, o valor de *incondicionalmente bom* não parece ser o caso da índole sensível, da boa natureza ou dos talentos e predicados particulares, afinal, as qualidades do temperamento, os dons naturais, os talentos particulares de um ser humano, dependem diretamente de uma vontade que os guiam, ou seja, estão sujeitos diretamente da bondade da vontade para poderem ser ditos bons. A posição de Kant é que os atributos, qualidades, talentos estão sempre condicionados à bondade da vontade para poderem ter o seu valor, para poderem revelar o *valor íntimo e absoluto do caráter*. Nas palavras do filósofo:

pode ser, segundo ele, a *boa vontade* – “[...] que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade” (KANT, 1980a, p. 109).

Algumas qualidades são mesmo favoráveis a esta boa vontade e podem facilitar muito a sua obra, mas não têm todavia nenhum valor íntimo absoluto, pelo contrário pressupõem ainda e sempre uma boa vontade, a qual restringe a alta estima que, aliás com razão, por elas se nutre, e não permite que as consideremos absolutamente boas (KANT, 1980, p. 109).

O fato é que, de acordo com Kant, na ausência de uma boa vontade, a moderação nas emoções, o autodomínio, a calma, a coragem, o autocontrole, a compaixão, a piedade, a caridade, em suma, todo e qualquer talento, qualidade ou atributo, podem também ser maus em algumas situações, como aponta Höffe (2005, p. 192), são de dois gumes, dependendo diretamente, para a sua bondade ou maldade, da *vontade* que os dirige.

Caso não haja a boa vontade para corrigir e guiar as qualidades, predicados, dons, talentos, eles sempre estarão sujeitos a alterações, corrupções, perversões, isso significa que a sua bondade é dependente ou condicionada pela vontade que os anima. Conforme explica Kant:

De que serve, dir-se-á, que este homem tenha tanto talento, que ele com isso até seja muito ativo e desse modo exerça uma influência útil no ser comum e por isso possua um grande valor em relação tanto ao que concerne às circunstâncias da sua felicidade, como ao proveito dos outros, se não tiver uma boa vontade? É um objeto desprezível, se o considerarmos o seu interior (KANT, 1993, p. 283).

Acerca da *boa natureza*, tendência ou disposição natural ao bem, na *Antropologia*, Kant ressalta que um ser humano de boa natureza, por exemplo: “[...] não é teimoso, mas que cede; ele sem dúvida fica zangado, mas facilmente se acalma e não guarda rancor” (KANT, 2006, p. 181). Nesse sentido, ter uma boa natureza, algo que, de acordo com as concepções kantianas acerca da moralidade, é distinto de ter um *caráter* ou uma *índole moral*, se diz daquele indivíduo de temperamento brando, suas ações são próximas ao bem prático ou podem estar de acordo com o bem prático, o que representa o correto moral, porém a boa natureza apresenta-se enquanto um impulso ao bem prático, sendo falha quando questionamos e investigamos o seu *valor*.

A carência de valor se dá justamente pela ausência do *princípio* enquanto o guia supremo da ação, sem o princípio a ação se revela, ao final, vacilante, ora faço e ora na faço, tem-se uma determinação que causalmente ou acidentalmente leva ao bem, mas que em muitas situações pode também encerrar-se em um grande mal⁶, ou ainda, por exemplo, o que

⁶ A questão que se coloca é: se há a preocupação moral, com o caráter ou índole moral, o ser humano pode se deixar guiar por um “princípio”, por uma determinação, uma razão ou motivo tão vacilante?

há são as razões individualistas, ações visando um objeto específico e particular, o qual sempre se sobressai excluindo complementemente o *valor* da ação, prevalecendo a intenção egoísta, o que Kant nomeou na *Fundamentação* de Querido Eu⁷.

De acordo com a filosofia moral kantiana, do ponto de vista da moralidade, ou seja, se há a preocupação com o caráter ou valor moral, podemos citar ao menos três problemas em não ter um princípio enquanto guia das ações, determinado as escolhas, as decisões e ações do sujeito: (i) nada obriga o sujeito a agir dessa ou daquele modo, desse modo, nada exige do sujeito querer sempre fazer o que deve ser feito do ponto de vista da moralidade, ora pode fazer, ora não; ii) se o mero fim da ação não existir, se a ação não chegar ao seu objeto, a ação não terá valor algum; (iii) se uma ação é boa por "inclinar-se" para tais e tais fins sensíveis, há então o problema do valor relativo e limitado da ação determinada por um objeto sensível querido, pois o valor de qualquer objeto sensível, mesmo de um objeto sensível desejado, é sempre relativo, e não absoluto.

O ponto de Kant é meramente que as ações de um determinado ser humano somente terão *valor moral* quando o princípio prático objetivo enquanto determinante toma o lugar da mera inclinação, da tendência, do talento, do bom natural. Porém, devemos dizer que disso, naturalmente, é completamente diferente de reivindicar que o valor moral requer a ausência de toda e qualquer inclinação, afecção, paixão [...], a porção sensível da natureza humana.

O problema da ação movida por impulsos, tendências, como vimos, ademais, ora pode mover o ser humano a agir, ora não e se não move pode-se deixar de realizar o que do ponto de vista moral é *necessário*⁸.

Sobre a faculdade de desejar referente ao que é prático, concluímos: i) as qualidades do temperamento (índole sensível) e a boa natureza (disposição natural) são sempre condicionados e, desse modo, não podem revelar o valor *absolutamente bom*, ou seja, ser *moralmente bom*; ii) tendo em mente o moralmente bom mister se faz os princípios, isto é, agir *por* princípios, a ação voluntária segundo princípios, pois na ausência de um fio condutor supremo todas as qualidades, predicados e atributos de um ser humano além de estarem sujeitas à corrupções e perversões, podem ora mover ora não.

⁷ KANT, 190, p. 120.

⁸ Kant chama atenção para o fato de que a boa natureza ou *disposição natural ao bem* é uma disposição distinta da *disposição habitual ao bem*, a disposição adquirida por hábito. Conforme aponta o filósofo, o hábito não tem por base nem mesmo o impulso natural, mas meras causas acidentais. Desse modo, talvez seja correto dizer que podemos, com mais facilidade, ir do impulso ao princípio do que ir do hábito ao princípio, ou seja, seja mais fácil inserir o princípio da ação ao sujeito de disposição natural ao bem do que para o sujeito de disposição habitual ao bem. De qualquer modo, tanto a ação natural quando a ação habitual, carecem de valor, o próprio valor moral, que para Kant é essencial à moralidade.

De modo definitivo, em Kant, a boa natureza ou o bom temperamento não podem revelar a moralidade, a pessoa, ou seja, trazer à luz o *caráter*. A boa natureza ou o bom temperamento “é uma aquarela e não um traço do caráter” (KANT, 2006, p. 189).

Todas as qualidades ou predicados que geralmente são ditas boas e que podem ser mesmo úteis aos seres humanos, possuem, segundo Kant (2006, p. 188) um *preço*, somente o *caráter* pode apresentar um *valor* próprio acima de qualquer preço⁹. Aqui está a diferença entre *preço* e *caráter*, afigurando-se, na distinção, o *valor de mercado*, ou, conforme aponta Kant na *Fundamentação*, o *preço venal* e o *valor moral*¹⁰. O conteúdo moral não está na vantagem ou na utilidade que, por exemplo, a ação pode criar, pois, se assim fosse, teria um valor corruptível, equivalente ou venal; o valor moral ou do caráter centra-se na própria moralidade, na preocupação moral, nenhum outro interesse estimula ou constrange.

Na *Antropologia* Kant expõe que ter, pura e simplesmente, um caráter, ou caracterizar-se enquanto *pessoa*, significa ter a qualidade da vontade de ser boa, ou seja, de seguir o princípio de uma boa vontade, segundo o qual a pessoa se obriga a seguir determinados princípios práticos, os quais se encerram, em última instância, no reconhecimento, no respeito e na adoção da lei prática. Numa palavra: “ter convertido a veracidade em máxima suprema para si, tanto na confissão interior perante si mesmo quanto no relacionamento com um outro qualquer” (KANT, 2006, p. 191) – segundo Kant, uma prova de que o ser humano tem um caráter.

Isso, de acordo com o pensamento prático kantiano, nos permite dizer do *caráter da pessoa*, que um ser humano possui *um caráter*, o que significa agir segundo princípios firmes “[...] não saltando de lá para cá como num enxame de mosquitos [...]” (KANT, 2006, p. 188), levando em consideração o aspecto formal do querer em geral, eis o que é em si algo estimável e digno de admiração, do mesmo modo, segundo o filósofo, algo muito raro – “[...] isso é uma raridade que inspira respeito e admiração” (KANT, 2006, p. 187).

Porém, adverte Kant:

Não podemos considerar uma Idéia como quimérica e como um belo sonho só porque se interpõem obstáculos à sua realização. Uma Idéia não é outra coisa senão o conceito de uma perfeição que ainda não se encontrou na experiência [...] Dir-se-á, entretanto, que é impossível? (KANT, 1999a, p. 17).

⁹ Por exemplo: “[...] o talento tem um **preço de mercado**, pois o soberano ou senhor local pode precisar de um homem assim de várias maneiras; – o temperamento tem um **preço afetivo**, e a gente pode se dar bem com ele, quem é um companheiro agradável [...]” (KANT, 2006, P. 188).

¹⁰ Cf. KANT, 1980a, p. 140.

Desse modo, pensamos que mesmo sendo o caráter e a pessoa, algo, conforme posto por Kant, estimável, admirável, mas raro, ainda assim devemos considerar, com seriedade, a sua possibilidade, a possibilidade de, por exemplo, desenvolver e, principalmente, alcançar na vida humana, em suas relações, situações, experiências e vivências, afinal o ser humano não recebe pronto um caráter enquanto índole moral¹¹, mas pode e precisa tê-lo adquirido ou criado, conforme age segundo princípios, conforme estabelece ou elege os seus fins. A moralidade, em Kant, é algo que podemos *exigir* da natureza humana.

Podemos sublinhar uma situação de crise atual, não são poucos os exemplos que marcam uma situação humana de crise profunda, situações expressas na barbárie das relações humanas, na violência e na banalização do que é o bem ou o mal, no esvaziamento da figura humana, em suma, no desrespeito por tudo aquilo que diz respeito ao ser humano e as suas relações, sejam elas privadas ou públicas: sociais, políticas, eróticas, amigáveis, educacionais.

Porém, nos perguntamos: qual a razão da ausência de força nas questões humanas hoje? Quais os motivos da não confiança ou aposta na própria natureza humana nos dias atuais? Porque os valores e os princípios tipicamente humanos parecem se dissolver?

Kant, ao pensar sobre a ação humana, a sua conduta, o seu comportamento encontrava-se no contexto da Alemanha do final do século XVIII:

A situação da Alemanha, nesse final do século XVIII, é apresentada pelos historiadores como caótica, sua geografia fragmentada em inúmeros territórios e governada por déspotas que competiam entre si. Compunha-se de trezentos territórios independentes e o governo central dispunha de pouca renda e de nenhum soldado. Predominava a servidão e a censura era aplicada impiedosamente (PUCCI, 1995, p. 22).

No entanto, nesse contexto que Kant chama a atenção para a possibilidade do *Humano*, não perdendo de vista o cuidado, a confiança e a aposta no ser humano em termo da transformação de suas ações, do seu valor intrínseco, do seu conhecimento e da sua liberdade.

Revelamos aqui a própria solidez do pensamento prático kantiano, a força do *caráter moral* em Kant, isto é, a concepção de uma filosofia moral que faz da ideia do *dever* um princípio de vida soberano; o qual é capaz, chamando a atenção para os *ganhos morais* do agir, de combater toda a arrogância e o egoísmo humano, de afastar as morais eudemonistas e narcisísticas, de suprimir o “querido eu”.

Ponderando sobre o pensamento prático kantiano, o que levantamos é: permaneceremos com a crise atual, com a desvalorização dos problemas da natureza humana,

¹¹ Cf. KANT, 2006, p. 190.

ou podemos pensar, com seriedade, em um pensamento que traz a aposta no Ser Humano? Ou seja, uma filosofia que propõe o dever prático e o valor moral como exercício. Podemos pensar juntamente com o filósofo e resgatar o que parece estar perdido, negando o descompromisso e a carência de esperança na natureza humana, ou será que, em nome de um niilismo, devemos continuar, talvez, sendo permissivos em demasia?

Pensamos que, precisamente, porque vivemos no tempo em que as questões humanas estão cada vez mais contaminadas pelo descaso, seja oportuno pensar, com cautela, no tipo de ser humano que esperamos encontrar nas experiências reais. Já que, parece, devemos recusar o que o ser humano *é* agora, não será oportuno considerar o que ele *dever ser*? O valor do caráter enquanto algo significativo nas relações, situações, experiências e vivências tipicamente humanas, representando o máximo do valor interno, não deve ser recusado ou ignorado.

Kant (2006, p. 191) apontou, a sua época, que a raridade do caráter ou índole moral, a moralidade apenas como um piedoso desejo e nada além, ocorria, em grande medida, por culpa dos próprios filósofos, por nunca terem colocado o conceito de caráter separado em uma luz suficiente clara, por terem tentado, repetidamente, apresentar a virtude, a moralidade, o caráter e o valor do caráter, apenas fragmentariamente, “jamais *inteiramente* na beleza da sua figura” de modo que pudesse despertar o real interesse de todo ser humano. O que colocamos é: será que ainda não estamos nos comportando do mesmo modo? Ou seja, olhamos para as questões internas, para a moralidade, de modo frouxo e fragmentado, não a fazendo brilhar com luz suficiente? Em decorrência disso, nas vivências, onde poderíamos colocá-la em cena e fazê-la brilhar, a *pessoa* também não aparece.

Ter um caráter e poder escolher os bons fins, é, segundo Kant, algo que se pode exigir do ser humano e que, simultaneamente, revela o máximo do *valor interno* da natureza humana; um ser humano de *princípios* é, em *valor*, muito superior a qualquer talento, predicado, atributo, disposição, qualidade, tendência¹².

¹² Devemos ressaltar aqui a importância, no que diz respeito ao *caráter da pessoa*, da máxima da ação, ou seja, a máxima moral incorporada na máxima geral da ação, afinal, de acordo com Kant (1980a, p. 131), o cânone pelo qual podemos julgar o valor moral de uma ação ou do caráter de um ser humano está, precisamente, em *poder querer* que uma máxima da ação em geral se transforme (adote/incorpore) a lei prática universal, caracterizando-se, ao mesmo tempo, enquanto uma máxima moral – uma máxima subjetiva e ao mesmo tempo objetiva. Conforme explica Höffe, as máximas gerais da ação prescindem das condições marginais do ser humano, porém é precisamente na máxima da ação que se pode revelar o caráter da natureza humana, nesse sentido, não são as normas, mas as máximas, que se pode efetuar o ajuizamento moral de um ser humano, à diferença de seu ajuizamento corporal, espiritual, anímico. Por isso são muito mais as máximas da ação do que as normas/regras, o objeto adequado nas questões de identificação moral e, vinculadas com isso, nas questões da educação moral e do ajuizamento moral da natureza humana, afinal, “[...] em favor da ética de *máximas* fala por último a

O estudo da antropologia kantiana, em particular sobre o que diz respeito ao caráter, à pessoa, nos revela que a natureza humana por sua razão (em sua capacidade/faculdade prática), por sua porção racional além de sensível, mesmo apresentando uma acentuada propensão animal de, por exemplo, se abandonar passivamente aos atrativos da comodidade, do mero bem-estar que ele pode por vezes denominar de felicidade, está *destinado* a se tornar ativamente *Humano*¹³.

Sendo assim, em um momento oportuno, poderemos averiguar como tornar a moralidade, o caráter e o valor do caráter efetivo na vida humana, verificar a possibilidade de formação, desenvolvimento e consolidação moral, a concepção do caráter e a possibilidade da ação humana em geral com valor moral (sem qualquer comparação, o valor mais alto), nesse sentido, também como evitar, de acordo com o pensamento kantiano, os desvios morais nas experiências da natureza humana.

Referências

- BANHAM, G. *Kant's practical philosophy: from critique to doctrine*. New York: Palgrave MacMillan, 2003.
- DELBOS, V. *La philosophie pratique de Kant*. Paris: PUF, 1969.
- FRIERSON, P. R. *Freedom and anthropology in Kant's moral philosophy*. New York: Cambridge, 2003.
- HECK, J. N. *Da razão prática ao Kant tardio*. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2007.
- HÖFFE, O. *Kant*. Barcelona: Herder, 1986.
- _____. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, I. *Textos Seletos*. Petrópolis : Vozes, 1974.
- _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Crítica do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- _____. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- _____. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep, 1999a.
- _____. *Correspondence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999b.
- _____. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- _____. *Akademieausgabe von Immanuel Kants Gesammelten Werken*. Disponível em: <<http://www.korpora.org/kant/verzeichnisse-gesamt.html>>. Acesso em 02 de março de 2014.

circunstância de que apenas ela é pela primeira vez capaz de fornecer o *supremo padrão de medida da moralidade enquanto tal* [Sittlichkeit Moralität]” (HÖFFE, 2005, p. 206). *Grifos acrescentados*.

¹³ Kant caracteriza o *Humano* ou a *Humanidade* por: desenvolvimento de habilidades, qualidades e capacidades, desenvolvimento da prudência, alcance do conhecimento e da liberdade. Para o *pleno* desenvolvimento do ser humano, o desenvolvimento de sua Humanidade, é pressuposto o desenvolvimento da *razão*, que para o filósofo, é a faculdade dos princípios – princípios do conhecimento e princípios práticos.

- _____. *Excertos à Antropologia*. Disponível em: <<http://www.anpof.org.br/spip.php?article107>>. Acesso em 03 de março de 2014.
- LOUDEN, R. B. *Kant's Impure Ethics: From Rational Beings to Human Beings*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2000.
- _____. *A segunda parte da moral: a antropologia moral de Kant e sua relação com a metafísica dos costumes*. IN: *Ethic@*. Florianópolis, v. 1, n. 1, jun. 2002, p. 27-46.
- _____. *Anthropology, History and Education*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MARTINS, C. A. *Introdução à Antropologia*. In: *Antropologia de um ponto de vista pragmático 2006*.
- PUCCI, B. *Teoria crítica e educação*. In: PUCCI, B. (Org.). *Teoria crítica e educação – a questão da formação cultural na escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- TERRA, R. *Passagens: estudos sobre a filosofia de Kant*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- WILLIAMS. B. *Ethics and the Limits of Philosophy*. Making sense of Humanity. Londres: Fontana Press, 1985.
- WOOD, A. *Kant's Ethical Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- _____. *Practical anthropology*. In: *Akten des IX Internationalen Kant-Kongresses*. Berlin: W. de Gruyter, tomo IV, 2001.